



## ENSINO RELIGIOSO E RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO ESPAÇO ESCOLAR NO AMAPÁ: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Elivaldo Serrão Custódio  
Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)  
Doutorando em Teologia  
Escola Superior de Teologia  
CEPRES-UNIFAP/CNPq  
elivaldo.pa@hotmail.com

### GT 01 - RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir sobre o Ensino Religioso (ER) e as Religiões de Matrizes Africanas (RMA) no Espaço Escolar no Amapá. Buscamos neste trabalho atentar para questões como identidade, intolerância religiosa e racismo contra as RMA na disciplina de ER, que se constitui hoje como área de conhecimento da base comum, de oferta obrigatória e de matrícula facultativa nos currículos do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Trata-se do resultado de um estudo exploratório de natureza qualitativa que adotou a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a entrevista como forma de investigação. Como resultado desta pesquisa, verificamos, por exemplo, que, no Amapá, a Secretaria de Estado de Educação (SEED), mesmo com promulgação da Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE/AP) nº 14/2006, que dispõe sobre a oferta do ER no nível fundamental do sistema educacional do Estado, tem ignorado a participação das entidades civis constituídas pelas diferentes denominações religiosas no currículo da disciplina de ER, tal como prescrito no § 2º do Art. 33 da Lei nº 9.394/1996, alterado pela Lei nº 9.475/1997. Constatamos ainda que, no Amapá, a inclusão das RMA no ER, do ponto de vista prático, é inexistente e não contemplada nos currículos da disciplina, na formação dos docentes, nas orientações pedagógicas, cujos ensinamentos estão delineados sob o viés cristão, sem qualquer alusão às práticas antirracistas. A discussão inicia-se com algumas considerações sobre a influência africana no processo de formação da cultura brasileira. Em seguida, aborda-se sobre discussões como identidade, intolerância religiosa e racismo no espaço escolar. Depois, trata-se da presença negra no Amapá: alguns subsídios para a compreensão do racismo e da intolerância religiosa. E, por fim, as considerações finais.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso. Religiões de Matrizes Africanas. Espaço escolar. Relações étnico-raciais. Amapá.

## **Introdução**

O aprofundar-se no conhecimento da história das Religiões de Matrizes Africanas (RMA) suscitou a compreensão e ênfase de sua inclusão no ensino-aprendizagem como forma de combater o preconceito, a prática do racismo e a intolerância religiosa no âmbito da disciplina de Ensino Religioso (ER). Além disso, por ser de caráter obrigatório, com previsão legal na Constituição Federal (CF) de 1988, faz-se necessário respeitar a diversidade cultural religiosa brasileira, não se podendo deixar de contemplar todos os segmentos religiosos historicamente rejeitados no processo de escolarização da disciplina.

Com o propósito de contribuir com esta temática, este texto tem como objetivo discutir alguns aspectos relativos ao ER e as RMA no Espaço Escolar no Amapá. Buscamos neste trabalho atentar para questões como identidade, intolerância religiosa e racismo contra as RMA na disciplina de ER que se constitui hoje como área de conhecimento da base comum, de oferta obrigatória e de matrícula facultativa nos currículos do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Sua ênfase está na formação cidadã do ser humano, enfatizando a dimensão antropológica, com ênfase no fenômeno religioso.

Trata-se do resultado de um estudo exploratório de natureza qualitativa que adotou a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a entrevista como forma de investigação. O texto é baseado na Dissertação de Mestrado apresentada no ano de 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

## **A influência africana no processo de formação da cultura brasileira: algumas considerações**

As RMA fazem parte da formação cultural brasileira. Mesmo aqueles que não sejam adeptos, acabam se relacionando de alguma forma com as práticas culturais, sociais e simbólicas dessas religiosidades. Essas e outras práticas, relacionadas diretamente ou não com as religiões, fazem parte das nossas tradições e foram influenciadas pelas práticas e costumes de diversos povos africanos. E como o modo

de vida das populações africanas esteve sempre ligados ao sagrado, a maioria dessas práticas possuem simbologias relativas ao religioso.

A trajetória das RMA no Brasil começa pela proibição e imposição da religiosidade católica com a conversão ao cristianismo, surgindo à estratégia da perpetuação do culto das RMA através do sincretismo religioso. O negro por muito tempo teve que deixar de lado seus deuses africanos e cultuar unicamente a religião do branco. No entanto, o próprio catolicismo que por muito tempo se apresentou como cultura hegemônica, não fez oposições, que não pudessem ser vencidas. Abrindo assim, espaço para que o negro pudesse manter uma dupla ligação religiosa.

Segundo Cunha Jr. (2009) não se pode conhecer a cultura brasileira na sua amplitude sem reconhecer a existência das religiões trazidas pelos africanos para o Brasil. A questão do reconhecimento das RMA como patrimônio cultural da humanidade não é uma discussão recente. Conforme Santos, Erisvaldo (2005) embora a liberdade de consciência e de crença seja um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão existente na CF de 1988 (Art. 5º - inciso VI), bem como o livre exercício dos cultos religiosos, os organismos de implementação de políticas educacionais (PE) continuam desconsiderando a existência de RMA no território nacional.

As RMA sempre foram vistas pela sociedade branca dominante de forma estereotipada. Inicialmente como feitiçaria e manifestação demoníaca, depois como prática criminosa e finalmente como índice de patologia psíquica, de doença mental. Acreditamos que a presença do negro na formação social do Brasil foi decisiva para dotar a cultura brasileira dum patrimônio mágico-religioso, pois entendemos que os cultos trazidos pelos africanos deram origem a uma variedade de manifestações que aqui encontraram conformação específica através de uma multiplicidade sincrética (PRANDI, 1995).

### **Identidade, intolerância religiosa e racismo no espaço escolar**

A presença do negro na formação social é de suma importância para a conceituação, afirmação, valorização e construção da identidade religiosa e identidade étnica racial brasileira. Até porque, segundo Fonseca e Silva Bento (2009, p. 6), “o continente africano além ser o berço da humanidade é, também, o das civilizações”.

Obviamente faz-se necessário, conforme Munanga (2002), resgatar a identidade do negro no Brasil.

Observamos que o preconceito está inserido na sociedade brasileira através do cotidiano dos indivíduos, sendo altamente prejudicial para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho e etc.) quanto nos meios de comunicação. O preconceito é um fator importante para a expansão da discriminação étnica, visto que um indivíduo preconceituoso racialmente, não aceita de maneira positiva o contato com negros na vida social.

Infelizmente o Brasil vive uma situação singular, pois a discriminação pautada na cor e o racismo são uma realidade inegável (FOSTER, 2004). Sobre o racismo na escola, Fernandes (2008, p. 246) expressa que “a escola brasileira não está preparada para corrigir as deficiências funcionais da família e, muito menos para lidar com os desajustamentos reais ou potenciais das minorias raciais, étnicas e raciais”.

Nesse sentido, a eliminação do racismo é uma responsabilidade também da escola e deve estar incluída em seus objetivos. Mas, é um desafio a ser enfrentado e que esbarra em uma série de dificuldades, em nível educacional como, por exemplo, a bagagem racista que os professores carregam como fruto de sua própria formação, a omissão em relação ao problema, entre outros.

As religiões africanas sempre foram vistas como cercadas de mistérios, seus ritos não são conhecidos pela grande maioria da população, o que por certo contribui para o processo de intolerância religiosa, uma vez que seus mitos são preservados e retransmitidos de geração em geração. Sendo assim, para compreendermos as práticas de discriminação de gênero, raça, e classe na escola, temos que desvendar a raiz de atitudes opressoras, rever os processos de ensinar e de aprender para transformar a sociedade.

As RMA pressupõem um grande desafio para trabalharmos no espaço escolar devido a intolerância religiosa que existe neste espaço laico e cristão ao mesmo tempo. Parece-nos que a ideia de incluir a religiosidade africana como um componente curricular que resgate a memória da população negra, ou de incluir medidas de ação afirmativa nas PE que venham a solucionar as distorções e as desigualdades secularmente produzidas, não é bem vista por muitos.

## **A presença negra no Amapá: alguns subsídios para a compreensão do racismo e da intolerância religiosa**

A presença negra no Amapá nesse momento merece especial atenção, pois é necessário conhecermos um pouco de sua trajetória histórica para podermos compreender como se desenrolou o processo discriminatório ao longo dos anos. Para Foster (2004, p. 185), rever a história do negro no Amapá, “implica num movimento um pouco mais amplo: o da compreensão de alguns aspectos da questão racial na sociedade amapaense, englobando os processos de resgate e ressignificação das memórias dos negros dessa região”.

É certo de que o governo de Janary Nunes no Amapá<sup>1</sup> contribuiu de forma significativa para o enfraquecimento da cultura negra no Estado. Em nossa visão, houve nesse período, em especial na Capital do Estado, o primeiro saneamento étnico do centro da cidade, quando os negros tiveram que deixar suas casas para que fosse viabilizada a construção de conjuntos residenciais para assessores do governo territorial e outros funcionários.

Segundo Maciel (2001), essa situação foi tão lamentável que apesar de algumas resistências iniciais, o poder de convencimento dos líderes foi tamanho, que os negros não só se conformaram em deixar suas casas e partir para o lugar a eles destinado, como também desenvolver uma espécie de adoração à figura de Janary.

Além dessas situações, percebemos também que houve um grande movimento repressivo das manifestações culturais africanas a partir da chegada dos padres italianos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME). Esses religiosos por razões preconceituosas encaravam o Marabaixo<sup>2</sup> como macumba, folclore, ocasião para bebidas, orgias e outras manifestações da influência do diabo, jamais como legítima manifestação religiosa da alma popular. Maciel (2001, p. 36) destaca que o

---

<sup>1</sup> Capitão Janary Gentil Nunes nomeado em 29/12/1943 no Rio de Janeiro pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Chegou a Macapá no dia 25/01/1944.

<sup>2</sup> É hoje uma manifestação cultural popular afro amapaense, nascendo assim das diferentes etnias que foram transportadas de suas terras de origem para o Brasil. É uma mistura de dança, religiosidade e ancestralidade africana que tem orgulho, determinação e resistência. É ainda, um ritual que compõe várias festas católicas populares em oito comunidades negras da área metropolitana de Macapá e Santana no Estado do Amapá (VIDEIRA, 2009, p. 99).

longo período de domínio político de Janary Nunes no Amapá, de 1943 a 1970, foi determinante “para introjetar essa ‘divisão étnica’ como natural”.

Foster (2004, p. 207-208) nos relata que a invisibilidade dos negros no Amapá, não se resume somente aos aspectos físicos. Ela também se manifesta em termos simbólicos. A autora acredita que principalmente, no âmbito educacional, essa invisibilidade ganha corpo e forma nas ausências e critérios do negro nos currículos escolares, nos discursos distantes da prática que, via de regra, deixam entrever posições dúbias e até contraditórias, nas atitudes sutis de discriminação racial, ainda que se deva reconhecer os esforços que pretendem dar mais visibilidade aos negros, ainda que essas iniciativas estejam restritas aos aspectos mais específicos das manifestações culturais.

Sobre a intolerância religiosa contra as RMA no Amapá, Videira (2013), nos relata que o ER trata-se de um campo de saber complexo porque os professores em sua maioria fazem apologia a suas religiões individuais e os conteúdos que ministram são proselitistas<sup>3</sup> e por isso, marginalizam e demonizam as RMA.

Concordamos com Videira (2013, p. 34) quando declara que embora o esfacelamento da cultura negra no Estado do Amapá esteja atrelado a diversos fatores - apesar das resistências do movimento negro local - a inclusão da cultura afro amapaense no currículo da educação básica deve ter atenção especial, não somente no conteúdo programático, mas, sobretudo, dentro projeto político pedagógico das escolas.

### **Considerações finais**

De um modo em geral, o que entendemos com toda essa problematização é que o Brasil precisa avançar em muito na discussão sobre a liberdade religiosa e o tratamento igualitário entre todas as matrizes religiosas existentes no Brasil. E neste cenário, a intolerância religiosa é considerada, atualmente, umas das questões mais difíceis de serem enfrentadas pelos educadores, pelas escolas e inclusive pelo espaço

---

<sup>3</sup> Por proselitismo entendemos as expressões de dogmatismo que resultam em discriminação social, cultural ou religiosa. O proselitismo parte da certeza de uma verdade única no campo religioso e ignora a diversidade.

universitário, cuja ausência de tolerância viola a dignidade da pessoa humana, resguardada pela Declaração dos Direitos Humanos.

Dentro das concepções de políticas públicas de Estado e de Governo, é necessário que façamos uma releitura das PE excludentes das RMA no processo de construção da disciplina ER e na formação de docentes capacitados (as) para reconhecer as identidades dentro das diferenças culturais, pois percebemos que boa parte das dificuldades encontradas a respeito do tratamento dado as RMA no ER, se encontram, em parte, na incapacidade de se entender a religião como um objeto de estudo.

No Amapá, verificamos, por exemplo, que a Secretaria de Estado de Educação (SEED) mesmo com promulgação da Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE/AP) nº 14/2006, que dispõe sobre a oferta do ER no nível fundamental do sistema educacional do Estado, tem ignorado a participação das entidades civis constituídas pelas diferentes denominações religiosas no currículo da disciplina de ER, tal como prescrito no § 2º do Art. 33 da Lei nº 9.394/1996, alterado pela Lei nº 9.475/1997.

Constatamos ainda que no Amapá, entidades formadas por algumas igrejas cristãs que, em trabalhos articulados com a SEED, respondem pelo ER, deixando de lado assim, importantes representações locais como as entidades de matrizes africanas. A inclusão das RMA no ER, do ponto de vista prático, é inexistente e não contemplada nos currículos da disciplina, na formação dos docentes, nas orientações pedagógicas, cujos ensinamentos estão delineados sob o viés cristão, sem qualquer alusão às práticas antirracistas.

Acreditamos que ao tratarmos da disciplina de ER e as RMA no espaço escolar, precisamos implementar novos olhares sobre a nossa prática pedagógica, propiciando a construção da identidade do aluno e um espaço escolar capaz de lidar com as diferenças na qual se insere a escola e sua comunidade.

## Referências

CUNHA JR, Henrique: Candomblés: como abordar esta cultura na escola. **Revista Espaço Acadêmico** nº 102 – Novembro de 2009. p. 97-103. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7738/4810>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca, volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

FOSTER, Eugénia Luz da Silva. **Racismo e Movimentos Instituintes na Escola**. Niterói: 2004. 398f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.bdtd.ndc.uff.br/tdearquivos/2/TDE-2005-03-15T14:39:57Z70/Publico/Parte%201-Tese-Eugenia%20Foster.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

FONSECA, Dagoberto José & SILVA BENTO, Maria Aparecida. **África Desconstruindo Mitos**. In: \_\_\_\_\_. **A África e o Brasil Afro-Brasileiro**: História, Cultura, Ciência e Arte. São Paulo, 2009.

MACIEL, Alexsara de Souza. **Conversa de amarra preto**: a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. In: \_\_\_\_\_. **Ethos Brasil**, Ano I, nº 1. São Paulo: UNESP, 2002.

PRANDI, Reginaldo. **Raça e Religião**. Novos Estudos CEBRAP, nº 42, julho de 1995, pp. 113-129.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância. In: \_\_\_\_\_. **Anais da 28ª Reunião da ANPED**. GT Afro-Brasileiros e Educação, p. 01-17. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt21241int.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt21241int.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas**: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.